

Direito Processual Penal

Questão 1: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital"/2010

Normatiza o art. 274 do Código de Processo Penal: as prescrições sobre suspeição dos juízes estendem-se aos serventuários e funcionários da justiça, no que lhes for aplicável. Nos exatos termos do art. 254 do mesmo Código de Processo Penal, o juiz é considerado suspeito se

I. for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes;

II. tiver aconselhado qualquer das partes;

III. tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão.

É correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Questão 2: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2011

Considere as seguintes assertivas:

I. a suspeição não poderá ser declarada nem reconhecida, quando a parte injuriar o juiz ou de propósito der motivo para criá-la;

II. nos juízos coletivos, não poderão servir no mesmo processo os juízes que forem entre si parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive;

III. o juiz dar-se-á por suspeito, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes, se ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia.

É correto o que se afirma em

- a) III, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

Questão 3: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Litoral"/2006

Para manter a justa aplicação da lei penal, o Juiz poderá

- a) intervir nas funções policiais de investigação.
- b) requisitar força policial.
- c) nomear, por iniciativa própria, assistentes técnicos para o acompanhamento dos exames periciais.
- d) avocar o inquérito policial.
- e) designar novo promotor para a causa.

Questão 4: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Litoral"/2006

São causas de suspeição judicial:

- I. amizade íntima com o réu;
- II. inimizade capital com o Ministério Público;
- III. aconselhamento ao réu ou ao Ministério Público.

Está correto o contido em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

Questão 5: VUNESP - JE TJRJ/TJ RJ/2012

O modelo de nosso processo penal é acusatório. Tal regra não impede, entretanto, que o juiz, de ofício,

- I. decrete prisão preventiva e temporária;
- II. conceda habeas corpus contra ato de autoridade judicial inferior;
- III. determine, no processo condenatório, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante.

Completa corretamente a proposição o que se afirma em

- a) II, apenas.
- b) III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III.

Questão 6: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2013

O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que

- a) ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o quinto grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.

b) ele não houver funcionado como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar de justiça, perito ou servido como testemunha.

c) tiver funcionado seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o quinto grau, inclusive, como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar de justiça ou perito.

d) tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão.

e) ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o quarto grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.

Questão 7: VUNESP - Escrevente Técnico Judiciário (TJ SP)/"Capital e Interior"/2012

Nos termos do art. 257 do CPP cabe, ao Ministério Público,

I. promover, privativamente, a ação penal pública, na forma estabelecida no CPP;

II. buscar a condenação dos indiciados em inquérito policial;

III. fiscalizar a execução da lei.

É correto o que se afirma em

a) I e II, apenas.

b) II e III, apenas.

c) I e III, apenas.

d) I, II e III.

e) I, apenas.

Questão 8: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2014

Existindo fundadas suspeitas de prática criminosa por delegado de polícia ou seus subordinados na condução de investigação oficial a seus encargos, o Juiz Corregedor – necessitando fiscalizar a atividade policial investigatória – instaura sindicância para apurar o fato. Assim agindo, o magistrado estará exercendo:

a) A corregedoria da atividade da polícia judiciária.

- b) O seu poder hierárquico-administrativo sobre os sindicatos.
- c) O controle externo da polícia previsto na Constituição Federal.
- d) A corregedoria da Polícia Civil.

Questão 9: VUNESP - AJ (TJ PA)/TJ PA/Direito/2014

Assinale a alternativa correta no que concerne à suspeição do juiz.

- a) É apurada em procedimento que não admite a produção de prova oral.
- b) O procurador que a arguir deve ter poderes especiais para tanto.
- c) Pode ser arguida oralmente ou por escrito.
- d) Não pode ser espontaneamente afirmada pelo próprio magistrado.
- e) É apurada em procedimento que não admite a produção de prova documental.

Questão 10: VUNESP - JE TJMS/TJ MS/2015

O juiz dar-se-á por suspeito

- a) por motivo de foro íntimo, por declaração escrita, nos autos, apontando os motivos legais de sua suspeição.
- b) e praticará atos urgentes até nomeação de substituto legal, em homenagem ao princípio da celeridade processual.
- c) ainda que a parte, propositadamente, no curso processual, der motivo para criar a suspeição.
- d) independentemente da arguição da parte, por declaração escrita, nos autos, apontando os motivos legais de sua suspeição.
- e) se for amigo íntimo ou inimigo capital de advogado da parte e perito judicial.

Questão 11: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/2017

Nos exatos termos do art. 253 do CPP, nos juízos coletivos, não poderão servir no mesmo processo os juízes que forem entre si parentes,

- a) consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, bem como amigos íntimos.
- b) consanguíneos, excluídos os parentes afins.
- c) consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral até o quarto grau, inclusive.
- d) consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive.

e) consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, bem como amigos íntimos ou inimigos capitais.

Questão 12: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2011

Se por ocasião do interrogatório o acusado indica seu defensor (advogado), o qual não traz por escrito o instrumento de mandato (procuração),

- a) deverá o juiz nomear defensor público ao acusado.
- b) referida constituição é válida, não sendo necessária outra providência de regularização.
- c) deverá o advogado providenciar a juntada do instrumento de mandato no próximo ato processual que realizar.
- d) deverá o juiz conceder prazo de 2 (dois) dias, a fim de que a representação processual seja regularizada.
- e) deverá o juiz declarar o acusado indefeso, intimando-o a indicar por escrito novo defensor no prazo de 2 (dois) dias.

Questão 13: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Interior"/2012

O CPP (art. 261) admite que seja o acusado processado ou julgado sem defensor?

- a) Sim, apenas o foragido.
- b) Não.
- c) Sim, o foragido, o ausente e o revel.
- d) Sim, apenas o ausente.
- e) Sim, apenas o revel.

Questão 14: VUNESP - DP MS/DPE MS/2008

Leia as afirmações quanto ao acusado no processo penal brasileiro.

I. O acusado, na relação jurídica processual, pode ser chamado de sujeito do processo.

II. O acusado possui direitos no processo penal, entre eles: de ser processado e julgado por autoridade competente, à assistência jurídica gratuita no caso de não dispor de recursos e de não ser submetido à identificação criminal, quando civilmente identificado.

III. O acusado será declarado revel e terá seu processo suspenso, sempre que não seja encontrado para a citação pessoal.

Está correto o contido em

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III.

Questão 15: VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Remoção/2008

Oferecida denúncia em face de João, por crime de desacato, é ela rejeitada. Inconformado com a decisão, o Promotor de Justiça recorre em sentido estrito. Para oferecimento das contra-razões, o magistrado nomeia Defensor Público. Assinale a alternativa correta.

- a) A nomeação foi desnecessária uma vez que, não havendo recebimento da denúncia não há que se falar em contra-razões de recurso, já que o processo contra João é findo e não há interesse de sua parte em se manifestar.
- b) A nomeação foi oportuna uma vez que, como não foi recebida a denúncia, a relação processual não se aperfeiçoou e a nomeação de defensor público é suficiente para assegurar a ampla defesa.
- c) A nomeação foi precipitada uma vez que ao denunciado deveria ser dada oportunidade para manifestar-se antes mesmo do recebimento da denúncia em homenagem ao princípio do contraditório e da ampla defesa.
- d) A nomeação foi precipitada uma vez que se deu antes da intimação do denunciado que, a seu critério, poderia constituir defensor de sua confiança.

Questão 16: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Grande SP"/2014

“Nenhum acusado, _____, será processado ou julgado sem defensor.”

Assinale a alternativa que preenche, adequada e completamente, a lacuna, nos termos do art. 261 do CPP.

- a) ainda que ausente
- b) ainda que ausente ou foragido
- c) com exceção do ausente ou foragido
- d) com exceção do ausente

e) com exceção do foragido

Questão 17: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2015

No que concerne à estruturação da defesa de acusados em juízo criminal, é correto afirmar (CPP, art. 263):

- a) o acusado que é Advogado pode apresentar defesa “em nome próprio”, sem necessidade de constituição de outro profissional.
- b) o acusado que não constituir Advogado será obrigatoriamente defendido por Procurador Municipal ou Estadual.
- c) o Juiz não pode indicar Advogado de forma compulsória a um acusado, que sempre tem o direito inalienável de articular a própria defesa, ainda que não seja habilitado para tanto.
- d) se for indicado um Defensor Público ao acusado, este não pode desconstituí-lo para nomear um profissional de sua confiança.
- e) apenas nos crimes mais graves o acusado deve obrigatoriamente ser assistido por Advogado, podendo articular a própria defesa, mesmo sem habilitação, nos casos em que não está em risco sua liberdade.

Questão 18: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/2017

Determina o art. 261 do CPP que

- a) salvo nos processos contravencionais e nos de rito sumaríssimo, nenhum acusado será processado ou julgado sem defensor.
- b) salvo nos casos de força maior, nenhum acusado, ainda que ausente ou foragido, será processado ou julgado sem defensor.
- c) nenhum acusado, com exceção do foragido, será processado ou julgado sem defensor.
- d) nenhum acusado, com exceção do revel, será processado ou julgado sem defensor.
- e) nenhum acusado, ainda que ausente ou foragido, será processado ou julgado sem defensor.

Questão 19: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2007

Analise as afirmações:

- I. Estendem-se aos escreventes judiciários as regras de suspeição dos juízes.
- II. O juiz não poderá exercer a jurisdição em processo em que ele próprio tiver servido como testemunha.

III. O juiz dar-se-á por suspeito se for vizinho do réu.

Está correto o contido apenas em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I.
- e) II.

Questão 20: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2013

O serventuário ou funcionário da justiça dar-se-á por suspeito e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes,

- a) se ele, seu cônjuge, ou parente, consanguíneo, ou afim, até o quinto grau, inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes.
- b) se ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia.
- c) se ele, seu cônjuge, ou parente, consanguíneo, ou afim, até o quarto grau, inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes.
- d) se não for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer deles.
- e) se ele, seu cônjuge, ou parente, consanguíneo, ou afim, até o terceiro grau, inclusive, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia.

Questão 21: VUNESP - PC (PC SP)/PC SP/2013

Sobre a disciplina dada pelo Código de Processo Penal a respeito dos indícios, e dos funcionários da justiça, assinale a alternativa correta.

- a) Considera-se ponto incontroverso a circunstância conhecida e provada que, tendo ou não relação com o fato, autorize, por indução ou por dedução, concluir -se a existência de outras circunstâncias.
- b) Nenhuma prescrição sobre suspeição e impedimento dos juízes, membros do Ministério Público e advogados estende-se aos serventuários e funcionários da justiça.

c) Todas as prescrições sobre suspeição e impedimento dos juízes, membros do Ministério Público e advogados estendem-se aos serventuários e funcionários da justiça.

d) Considera-se indício a circunstância conhecida e provada que, tendo relação com o fato, autorize, por indução, concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias.

e) Considera-se indício a circunstância conhecida, porém não provada que, tendo relação com o fato, autorize, por dedução, concluir-se a existência de outras circunstâncias.

Questão 22: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital"/2010

Assinale a alternativa correta com relação à regra instituída pelo Código de Processo Penal no que concerne aos procedimentos comuns.

a) O sumaríssimo é adotado para os réus maiores de 70 (setenta) anos.

b) O sumário é adotado para as infrações penais de menor potencial ofensivo.

c) O sumário é adotado quando o réu estiver preso, ou quando estiver presente outro motivo que justifique o desenvolvimento célere dos atos processuais.

d) O sumaríssimo é adotado quando o crime objeto da ação penal tiver sanção máxima cominada igual ou inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.

e) O ordinário é adotado quando o crime objeto da ação penal tiver sanção máxima cominada igual ou superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.

Questão 23: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2013

Com relação aos processos em espécie, é correto afirmar:

a) o procedimento comum será ordinário quando tiver, por objeto, crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.

b) o procedimento comum será sumário, quando tiver, por objeto, crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.

c) aplica-se a todos os processos o procedimento sumário, salvo disposições em contrário do Código de Processo Penal ou de lei especial.

d) nos procedimentos ordinário e sumário, no caso de citação por edital, o prazo para a defesa começará a fluir a partir da data da publicação do Edital.

e) o procedimento comum será sumário para as infrações penais de menor potencial ofensivo, na forma da lei.

Questão 24: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital"/2010

Considere as seguintes situações com relação à citação: réu militar; réu que não é encontrado; réu que se oculta para não ser citado.

Assinale a alternativa que traz, correta e respectivamente, as modalidades de citação que estão adequadas às três situações mencionadas, nos termos dos arts. 351 a 369 do Código de Processo Penal.

- a) Por correio; por hora certa; por edital.
- b) Por carta de ordem; por edital; por rogatória.
- c) Pessoal, por mandado; por hora certa; por hora certa.
- d) Por intermédio do chefe de serviço; por edital; por hora certa.
- e) Por intermédio do chefe de serviço; por hora certa; por correio.

Questão 25: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2011

Estabelece o art. 366 do CPP que o acusado citado por edital que não comparece nem nomeia defensor

- a) será declarado revel, com consequente nomeação de defensor dativo, o qual acompanhará o procedimento até seu final.
- b) será declarado revel, admitindo-se verdadeiros os fatos articulados na denúncia ou queixa.
- c) terá, obrigatoriamente, decretada prisão preventiva em seu desfavor.
- d) terá o processo e o curso do prazo prescricional suspensos.
- e) será intimado por hora certa.

Questão 26: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Interior"/2007

Todo mandado de citação necessariamente contém:

- I. nome completo do réu;
- II. subscrição do escrivão e a rubrica do juiz;
- III. finalidade.

Está correto o contido em

- a) III, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

Questão 27: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Interior"/2007

Ao efetuar uma citação por mandado, o oficial de justiça deverá

- a) tão somente entregar o mandado ao réu, pessoalmente.
- b) após citar pessoalmente o réu, adverti-lo de que caso deixe de comparecer ao ato sem motivo justificado, ser-lhe-á nomeado um defensor, e o processo seguirá sem a sua presença.
- c) entregar o mandado ao réu pessoalmente e lavrar certidão de sua aceitação ou recusa.
- d) proceder à leitura do mandado ao réu e entregar-lhe a contrafé, e ainda, certificar a entrega da contrafé e de sua aceitação ou recusa.
- e) fazer com que o réu faça aposição de ciente no original do mandado.

Questão 28: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Litoral"/2006

A citação por precatória deve ser realizada

- a) no juízo do lugar do crime.
- b) com dia e hora marcada.
- c) se o réu estiver no território de outra comarca.
- d) a requerimento do Ministério Público.
- e) somente nos casos urgentes.

Questão 29: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2006

Caso o acusado citado por edital não compareça aos atos do processo nem constitua defensor,

- a) ficará suspenso o processo, mas continuará fluindo o prazo prescricional, podendo ser decretada a prisão preventiva.
- b) deverá ser decretada a revelia do acusado, tramitando o processo na sua ausência e, se for o caso, decretada a prisão preventiva.
- c) deverá ser decretada a prisão preventiva e a suspensão do curso do prazo prescricional.
- d) serão nomeados defensor dativo e curador, que acompanharão, até o trânsito em julgado, o trâmite do processo durante a ausência.
- e) ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo ser determinada a produção das provas urgentes.

Questão 30: VUNESP - OJ (TJM SP)/TJM SP/2011

Assinale a alternativa correta.

- a) A intimação é o ato formal pelo qual o acusado é chamado a juízo, para que se defenda do processo penal contra ele instaurado.
- b) A citação diz respeito a atos pretéritos pelos quais as partes tomam conhecimento de atos processuais já praticados.
- c) A perempção é a formalidade pela qual as partes tomam conhecimento de atos processuais que ainda serão praticados.
- d) A leitura do mandado pelo oficial de justiça é facultada ao citando, mas a falta de entrega da contrafé gerará nulidade absoluta do ato.
- e) A citação de militar em situação de atividade far-se-á mediante requisição à autoridade sob cujo comando ou chefia estiver.

Questão 31: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Interior"/2012

Determina o art. 353 do CPP: quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante será citado mediante

- a) carta de ordem.
- b) publicação em jornal de grande circulação.
- c) carta com aviso de recebimento ou telegrama.
- d) edital.
- e) precatória.

Questão 32: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2013

No tocante à citação, assinale a alternativa correta.

- a) O processo seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado.
- b) Se o réu estiver preso, sua citação far-se-á por precatória.
- c) Se o réu não for encontrado, será citado, por edital, com o prazo de 5 (cinco) dias.
- d) Quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante, será citado mediante mandado de citação expedido pelo juiz processante.
- e) A citação inicial far-se-á por precatória, quando o réu estiver no território sujeito à jurisdição do juiz que a houver ordenado.

Questão 33: VUNESP - DP MS/DPE MS/2012

É correto afirmar, no que diz respeito às citações e intimações, que

- a) se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, o juiz determinará que o oficial de justiça proceda à citação com hora certa na forma estabelecida na legislação processual civil.
- b) a intimação do defensor público será pessoal ou por publicação no órgão incumbido da publicidade dos atos judiciais da comarca, incluindo, sob pena de nulidade, o nome do acusado.
- c) ressalvados os casos de urgência ou de perigo de ineficácia da medida, é obrigatória a intimação da parte contrária, acompanhada de cópia do requerimento e das peças necessárias antes da decisão judicial acerca do pedido de medida cautelar.
- d) a intimação da decisão de pronúncia deverá ser feita pessoalmente ao acusado ou ao defensor público ou dativo, quando não houver defensor constituído pelo acusado.

Questão 34: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2007

O vigente art. 366 do CPP admite tanto a suspensão do processo como do lapso prescricional ao réu que, citado por editais, torna-se ausente e deixa de constituir advogado. Aponte a alternativa válida para regular-se a contagem do prazo prescricional.

- a) A prescrição ocorrerá no prazo máximo previsto no Código Penal.
- b) Será válido, para tanto, o prazo máximo em abstrato pertinente ao crime narrado na denúncia.
- c) A prescrição coincidirá com a pena de maior duração, ou seja, trinta anos.
- d) A prescrição deve ser regulada pela pena mínima prevista para o crime.

Questão 35: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2008

No tocante ao acusado que, citado pessoalmente, muda de residência e, sem motivo justificado, não comunica ao juiz o novo endereço, é correto afirmar que:

- a) a revelia torna desnecessária a intimação do acusado para os demais atos do processo até a sentença.
- b) a revelia irradia seus efeitos após a sentença condenatória, autorizando a intimação do acusado por edital sem nova procura pessoal.
- c) a revelia não dispensa a intimação do acusado para os demais atos do processo.
- d) a revelia somente dispensa a intimação para os demais atos do processo do acusado que tiver defensor constituído.

Questão 36: VUNESP - Del Pol (PC SP)/PC SP/2014

No processo penal, as intimações

- a) serão sempre pessoais.
- b) do defensor constituído serão feitas pelo órgão incumbido da publicidade.
- c) não são obrigatórias quando se trata do Ministério Público.
- d) são atos que, se desrespeitados, causam nulidade absoluta do processo.
- e) serão pessoais, salvo se o réu estiver preso.

Questão 37: VUNESP - Del Pol (PC SP)/PC SP/2014

Quando o réu estiver fora do território da jurisdição processante,

- a) será citado mediante carta precatória.
- b) será citado por hora certa.
- c) será julgado à revelia.
- d) deverá ser dispensado de comparecer nas audiências, devendo ser interrogado por videoconferência.
- e) deverá solicitar que o processo seja remetido para a comarca de sua residência, a fim de que possa se defender melhor dos fatos que lhe são imputados na denúncia.

Questão 38: VUNESP - JE TJPA/TJ PA/2014

Nos termos do quanto determina o art. 366 do CPP, “se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional (...)”. De acordo com interpretação jurisprudencial sumulada pelo STJ (súmula 455), pode ser realizada produção antecipada de provas nessas hipóteses?

- a) Sim, uma vez que o mero decurso do tempo justifica tal medida.
- b) Sim, desde que o defensor dativo nomeado concorde e acompanhe.
- c) Não, ainda que nomeado defensor dativo, por ofensa ao direito de autodefesa.
- d) Não, pois é direito do acusado acompanhar a prova produzida.
- e) Sim, desde que a decisão seja concretamente fundamentada.

Questão 39: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Grande SP"/2014

Nos termos do art. 351 do CPP, quando o réu estiver no território sujeito à jurisdição do juiz que houver ordenado a citação, esta se fará por

- a) carta com aviso de recebimento (AR) ou telegrama.
- b) carta simples.
- c) meio eletrônico.
- d) mandado.
- e) qualquer meio que atinja a finalidade.

Questão 40: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Grande SP"/2014

Nos termos do quanto expressamente prescreve o art. 366 do CPP, se o acusado, citado por edital, não comparecer nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes. Nessa hipótese, presentes os requisitos atinentes à respectiva modalidade detentiva e com base unicamente no dispositivo de lei citado, está autorizado o juiz a decretar a prisão do acusado?

- a) Sim, a prisão preventiva.
- b) Sim, a prisão temporária.
- c) Sim, desde que o crime seja inafiançável.
- d) Sim, desde que o acusado já tenha sido anteriormente condenado por outro crime.
- e) Não, nunca.

Questão 41: VUNESP - DP MS/DPE MS/2014

Considere que é efetivada a citação por hora certa e, mesmo assim, o acusado não comparece para se defender e nem constitui advogado. Nessa hipótese

- a) ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, com possibilidade de produção antecipada de provas.
- b) ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, com possibilidade de imediata decretação de prisão preventiva.
- c) ser-lhe-á nomeado defensor dativo e o processo seguirá seu curso.
- d) será tentada a citação por edital, com prazo de 15 (quinze) dias.

Questão 42: VUNESP - OFA (TJ PA)/TJ PA/2014

No tocante ao tema citações, assinale a alternativa correta.

- a) Se o réu estiver preso, será requisitada sua apresentação em juízo, no dia e hora designados.
- b) As citações que houverem de ser feitas em legações estrangeiras serão efetuadas mediante Exequatur.
- c) O funcionário público, na qualidade de acusado, não será notificado para comparecer em juízo; sua apresentação dar-se-á por intermédio do chefe de sua repartição.
- d) A citação do militar far-se-á por intermédio do chefe do respectivo serviço.
- e) Verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação por edital.

Questão 43: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2015

Em que momento a lei processual penal (CPP, art. 363) considera que o processo completa sua formação?

- a) Constituição de defensor após a citação.
- b) Citação do acusado.
- c) Recebimento da denúncia.
- d) Apresentação de resposta escrita.
- e) Juntada do mandado de citação aos autos.

Questão 44: VUNESP - JE TJRJ/TJ RJ/2014

De acordo com entendimento sumulado pelo STJ, a suspensão do prazo prescricional na hipótese do acusado citado por edital que não comparece ao processo e nem constitui defensor

- a) é de 20 (vinte) anos.
- b) é indeterminada.
- c) regula-se pelo máximo da pena cominada.
- d) deve ser definida caso a caso, ao prudente arbítrio do magistrado.

Questão 45: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/2017

Estabelece o CPP em seu art. 353 que, quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante, será citado mediante

- a) qualquer meio que o juiz entenda idôneo.
- b) edital.
- c) precatória.
- d) carta com aviso de recebimento, “de mão própria”.
- e) videoconferência.

Questão 46: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2017

Em matéria de citações e intimações, é correto afirmar que

- a) os prazos são contados da data da intimação, e não da juntada aos autos do mandado ou da carta precatória ou de ordem.
- b) nula a citação por edital que apenas indica o dispositivo da lei penal, sem transcrever a denúncia ou queixa, ou resumir os fatos em que se baseia.
- c) a citação do acusado por edital, se ele não comparecer ou constituir advogado, permite a produção antecipada de provas, sob o fundamento de decurso do tempo, e autoriza o decreto de prisão preventiva, se for o caso.
- d) nulo o julgamento de recurso criminal, na segunda instância, sem prévia intimação ou publicação da pauta, inclusive em habeas corpus.

Questão 47: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital"/2010

Assinale a alternativa correta com relação à regra instituída pelo Código de Processo Penal no que concerne aos procedimentos comuns.

- a) O sumaríssimo é adotado para os réus maiores de 70 (setenta) anos.
- b) O sumário é adotado para as infrações penais de menor potencial ofensivo.
- c) O sumário é adotado quando o réu estiver preso, ou quando estiver presente outro motivo que justifique o desenvolvimento célere dos atos processuais.
- d) O sumaríssimo é adotado quando o crime objeto da ação penal tiver sanção máxima cominada igual ou inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
- e) O ordinário é adotado quando o crime objeto da ação penal tiver sanção máxima cominada igual ou superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.

Questão 48: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2013

Com relação aos processos em espécie, é correto afirmar:

- a) o procedimento comum será ordinário quando tiver, por objeto, crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
- b) o procedimento comum será sumário, quando tiver, por objeto, crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
- c) aplica-se a todos os processos o procedimento sumário, salvo disposições em contrário do Código de Processo Penal ou de lei especial.
- d) nos procedimentos ordinário e sumário, no caso de citação por edital, o prazo para a defesa começará a fluir a partir da data da publicação do Edital.
- e) o procedimento comum será sumário para as infrações penais de menor potencial ofensivo, na forma da lei.

Questão 49: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2011

Considere o tratamento atual dado pelo CPP ao registro audiovisual dos depoimentos realizados em audiência.

Trata-se de

- a) modalidade expressamente vetada.
- b) inovação desejável, mas que ainda não é expressamente autorizada.
- c) providência obrigatória para todos os juízos de primeiro grau.
- d) possibilidade prevista legalmente, a fim de obter maior fidelidade das informações.
- e) salutar medida de economia processual, mas que só tem validade se realizada a posterior e integral transcrição por escrito das gravações.

Questão 50: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Interior"/2007

No procedimento comum,

- a) poderão ser ouvidas mais de 8 testemunhas de acusação e mais de 8 testemunhas de defesa, se nesse número estiverem compreendidas as testemunhas referidas.
- b) poderão ser ouvidas no mínimo 8 testemunhas de acusação e 8 testemunhas de defesa.
- c) poderão ser ouvidas todas as testemunhas arroladas na denúncia, e no máximo 10 testemunhas arroladas pela defesa.
- d) não poderão ser ouvidas as testemunhas que não prestarem compromisso.
- e) somente poderão ser ouvidas as testemunhas arroladas na denúncia.

Questão 51: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Interior"/2012

O CPP, no § 3.º do art. 406, logo após a citação, faculta ao acusado que apresente resposta escrita

- a) oferecendo documentos e justificações, e especificando provas pretendidas, apenas.
- b) arguindo preliminares, oferecendo documentos e justificações, e especificando provas pretendidas, apenas.
- c) arguindo preliminares, alegando tudo que interesse a sua defesa, oferecendo documentos e justificações, especificando provas pretendidas e arrolando testemunhas.
- d) arguindo preliminares, apenas.
- e) arguindo preliminares e arrolando testemunhas, apenas.

Questão 52: VUNESP - JE TJRJ/TJ RJ/2011

Tício foi denunciado por homicídio doloso, por ter causado a morte de Alberto durante uma competição não autorizada de veículos. Ao término da instrução na primeira fase, restou demonstrado que o acidente ocorreu por imperícia de Tício.

O juiz deve

- a) absolver Tício porque, pelo princípio da correlação/ congruência entre denúncia e sentença, não pode o juiz reconhecer o dolo eventual não provado.
- b) pronunciar Tício, pois denunciado por crime doloso contra a vida, o órgão constitucionalmente competente para decidir é o Tribunal do Júri.

- c) condenar Tício por homicídio culposo porque tem pena menos grave do que a do homicídio doloso.
- d) abrir vista ao Ministério Público para aditamento da denúncia, no prazo de 5 (cinco) dias.

Questão 53: VUNESP - JE TJRJ/TJ RJ/2012

Assinale a alternativa que traz duas causas pelas quais se deve absolver sumariamente o acusado, nos exatos termos do art. 397 do CPP.

- a) A inépcia da denúncia; a falta de justa causa para a ação penal.
- b) A falta de condição para o exercício da ação penal; a extinção da punibilidade.
- c) A constatação de que o fato narrado evidentemente não constitui crime; a falta de pressuposto processual.
- d) A existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato; a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade.

Questão 54: VUNESP - DP MS/DPE MS/2008

Nos moldes do art. 397 do CPP, o juiz deverá absolver sumariamente o acusado, quando se verificar

I. causa excludente de ilicitude;

II. causa excludente de culpabilidade;

III. extinção de punibilidade.

É correto o contido em

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III.

Questão 55: VUNESP - DP MS/DPE MS/2008

Podem ser consideradas sentenças de mérito para o processo penal

- a) as sentenças absolutórias e condenatórias.
- b) apenas as sentenças condenatórias.
- c) apenas as sentenças absolutórias.
- d) aquelas que transitarem em julgado para a acusação e para a defesa.

Questão 56: VUNESP - DP MS/DPE MS/2012

No tocante à sentença no processo penal, é correto afirmar que

- a) no caso de sentença condenatória, ainda que recorrível, o réu deverá ser preso ou conservado na prisão, assim nas infrações inafiançáveis, como nas afiançáveis enquanto não prestar fiança.
- b) é obrigatória a comunicação ao ofendido da sentença proferida no processo penal.
- c) no caso de crimes que sejam de competência do Tribunal do Júri, em virtude apenas dos critérios de conexão e continência, mesmo que o juiz da pronúncia venha a desclassificar a infração para outra que não seja de competência originária do Júri ou venha a impronunciar ou absolver o acusado, de maneira que exclua a competência do Júri, a sentença continuará a ser de competência do presidente do Tribunal do Júri.
- d) se o juiz reconhecer a possibilidade de nova definição jurídica do fato, em consequência de prova existente nos autos de circunstância elementar, não contida, explícita ou implicitamente, na denúncia ou na queixa, baixará o processo, a fim de que a defesa, no prazo de oito dias, fale e, se quiser, produza prova, podendo ser ouvidas até três testemunhas.

Questão 57: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2007

Das hipóteses relacionadas, assinale aquela em que a decisão penal absolutória impede a propositura de ação civil.

- a) Não constituir o fato infração penal.
- b) Não haver provas da existência do fato.
- c) Militar uma excludente de antijuridicidade.
- d) Estar provada a inexistência do fato.

Questão 58: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2007

O Ministério Público recorre de uma sentença absolutória. É aberta vista a um representante do parquet, que não o recorrente. O segundo promotor considera justa a decisão recorrida. Em tais condições,

- a) ele deve desistir do recurso.

- b) ele não pode desistir do recurso, mas não estará sujeito a arzoá-lo.
- c) ele deve manifestar-se, apoiando os argumentos da sentença.
- d) ele não pode desistir, cumprindo-lhe impugnar a sentença.

Questão 59: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2008

Assinale a alternativa incorreta.

- a) A “emendatio libelli” pode ser praticada pelo Tribunal de 2.º Grau (arts. 383 e 617 do CPP), inclusive para agravar a pena, quando o Ministério Público houver apelado da sentença.
- b) A absolvição do acusado do crime de roubo por insuficiência probatória impede se inicie outro processo contra ele por receptação, mesmo se apurada no curso da primeira ação penal que foi esta a infração cometida.
- c) Se verificar a possibilidade de desclassificar o crime de receptação dolosa para a modalidade culposa, não descrita na denúncia, o juiz, antes de prolatar a sentença, deve dar prévia ciência à defesa e propiciar-lhe a oportunidade para, querendo, produzir provas.
- d) É inepta a denúncia que imputa crime de estelionato, narrando que o acusado usou de expediente fraudulento para a obtenção de vantagem ilícita, sem explicitar, com fatos, em que esta consistiu.

Questão 60: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2006

ALEX foi denunciado por furto (artigo 155, “caput”, do Código Penal), porque teria subtraído objetos de uma loja. A prova colhida na instrução, contudo, revelou fatos diversos daqueles contidos explícita ou implicitamente na inicial acusatória, que se adequavam ao tipo previsto no artigo 180, “caput”, do Código Penal (receptação), com previsão da mesma pena. Nesse caso, ao Juiz compete

- a) dar ao fato definição jurídica diversa da que constava na denúncia, proferindo, de imediato, a sentença de mérito.
- b) anular o processo, a partir da denúncia, que será rejeitada por falta de justa causa.
- c) pronunciar a nova definição jurídica do fato e baixar o processo a fim de que a defesa possa manifestar-se e produzir prova.
- d) absolver o acusado.

Questão 61: VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Provimento/2011

A sentença que concede perdão judicial

- a) será considerada para efeitos de reincidência, vedada a reabilitação.
- b) não será considerada para efeitos de reincidência.

- c) está sujeita ao reexame necessário pelo juízo ad quem.
- d) será considerada para efeito de reincidência, mas se sujeita às regras da reabilitação.

Questão 62: VUNESP - Del Pol (PC SP)/PC SP/2014

O minucioso relatório policial que encerra determinado inquérito conclui pela ocorrência do crime de estelionato praticado por "X". O promotor de justiça, entretanto, com base nas descrições contidas no referido documento, denuncia "X" pela prática do crime de furto mediante fraude.

Ao receber a peça acusatória, o magistrado

- a) deverá, em juízo preliminar, modificar a classificação jurídica do crime feita na denúncia, a fim de que fique em consonância com o relatório policial, sob pena de inépcia da denúncia.
- b) poderá, em juízo preliminar, modificar a classificação jurídica do crime feita no relatório policial, a fim de que fique em consonância com a denúncia, sob pena de nulidade da sentença.
- c) poderá devolver os autos ao delegado de polícia responsável, caso entenda que a classificação do crime deva ser retificada.
- d) se não a rejeitar preliminarmente, deverá recebê-la e ordenar a citação do réu "X" para responder à acusação por crime de furto mediante fraude.
- e) deverá devolver os autos ao delegado de polícia responsável pelo relatório, a fim de que seja feita a retificação da classificação do crime, sob pena de inépcia da denúncia.

Questão 63: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Grande SP"/2014

No rito do procedimento comum ordinário, constata-se, imediatamente após o oferecimento da resposta escrita à acusação, que existe em favor do acusado manifesta causa de exclusão da ilicitude. Nesse caso, o art. 397 do CPP indica que se deve seguir a

- a) rejeição de denúncia.
- b) decretação da extinção da punibilidade do acusado.
- c) designação de audiência preliminar.
- d) absolvição sumária do acusado.
- e) designação de audiência de instrução e julgamento.

Questão 64: VUNESP - DP MS/DPE MS/2014

Com relação à sentença penal, é correto afirmar que

- a) deverá conter, obrigatoriamente, o nome completo das partes.
- b) é sujeita a embargos de declaração, que no rito sumaríssimo devem ser opostos no prazo de 2 (dois) dias.
- c) fixará valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, mas apenas se houver – por exigência legal – expresso pedido da vítima nesse sentido.
- d) poderá reconhecer nova definição jurídica do fato descrito na denúncia, sem que seja precedida de aditamento, mesmo que aplique pena mais grave.

Questão 65: VUNESP - AJ (TJ PA)/TJ PA/Fiscal de Arrecadação/2014

O prazo para o réu oferecer resposta nos procedimentos comuns ordinários, de acordo com o CPP (art. 396) e o CPC (art. 297) são,

- a) ambos, de dez dias.
- b) ambos, de quinze dias.
- c) ambos, de trinta dias.
- d) respectivamente, de dez e quinze dias.
- e) respectivamente, de quinze e dez dias.

Questão 66: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2015

Nos procedimentos _____, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e (CPP, art. 396).

Assinale a alternativa que preenche, adequada e respectivamente, as lacunas.

- a) comuns ... designará audiência de instrução e interrogatório
- b) ordinário e sumário ... designará audiência de instrução e interrogatório
- c) ordinário e sumário ... ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias
- d) comuns ... ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias
- e) sumário e sumaríssimo ... designará audiência de instrução e interrogatório

Questão 67: VUNESP - AnaP MPE SP/MPE SP/Assistente Jurídico/2015

Nos termos do artigo 366 do Código de Processo Penal, se o acusado, citado por edital, não comparecer nem constituir advogado:

- a) será determinada vista ao Ministério Público, sob pena de nulidade absoluta.
- b) os autos permanecerão arquivados em Cartório, por período de 180 (cento e oitenta) dias, para renovação de diligências de localização, pela imprescindibilidade da citação pessoal no processo penal.
- c) será determinada vista à Defensoria Pública, para oferecimento de resposta, em respeito ao princípio da ampla defesa.
- d) ficará suspenso o processo, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva, nos termos do artigo 312.
- e) ficarão suspensos o processo e o curso prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva, nos termos do artigo 312.

Questão 68: VUNESP - AnaP MPE SP/MPE SP/Assistente Jurídico/2015

Getúlio foi denunciado pela prática do delito de furto simples, descrito pelo artigo 155, caput, do Código Penal, e, encerrada a instrução, após confissão e oitiva de testemunhas presenciais do fato, restou demonstrado que ele agiu em concurso com Diocleciano, que fugiu na posse dos bens subtraídos da vítima. Assim, por prova existente nos autos, comprovou-se circunstância qualificadora, descrita pelo § 4º, inciso IV, do precitado dispositivo legal, não descrita na denúncia, e, portanto, deve o Ministério Público, nos termos do artigo 384, caput, do Código de Processo Penal (mutatio libelli):

- a) requerer o encaminhamento dos autos ao Procurador Geral de Justiça, nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal, porque precluso o momento para formação da opinio delicti.
- b) aditar a denúncia, no prazo de 5 (cinco) dias, reduzindo-se a termo o aditamento, quando feito oralmente.
- c) oferecer alegações finais, com pedido de absolvição do réu, nos termos do artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, porque não comprovados os fatos, como narrados na denúncia.
- d) requerer a conversão do julgamento em diligência, com vistas à localização de Diocleciano, para que seja indiciado, e, posteriormente, denunciado, diante do princípio da indivisibilidade da ação penal.
- e) oferecer alegações finais, com pedido de condenação do réu, pela prática do delito descrito no artigo 155, § 4º, inciso IV, do Código Penal, diante da confissão espontânea do réu, corroborada pelos depoimentos testemunhais, ante o disposto no artigo 197 do Código de Processo Penal.

Questão 69: VUNESP - JE TJMS/TJ MS/2015

VERUCA, presa cautelarmente, desde o dia 2 de julho de 2014, pela prática de delito de roubo simples (artigo 157, caput, do Código Penal), foi condenada, por sentença publicada em audiência, no dia 25 de maio de 2015, porque

primária e menor de 21 (vinte um) anos à época do crime, às penas de 4 (quatro) anos de reclusão e pagamento de 10 (dez) dias-multa, no mínimo legal. Adequado o regime inicial semiaberto, foi

a) reconhecido o direito à detração provisória, pelo disposto no artigo 387, parágrafo 2o, do Código de Processo Penal, por cumprimento de 1/6 da pena privativa de liberdade aplicada e estabelecido o regime inicial aberto, com pronunciamento do direito ao recurso em liberdade e expedição de alvará de soltura clausulado.

b) expedido o ofício de recomendação da ré ao estabelecimento prisional em que se encontra recolhida, porque o artigo 387, parágrafo 2o, do Código de Processo Penal, deve ser aplicado pelo Juízo da Execução.

c) determinada a expedição de guia de recolhimento provisória e ofício de recomendação da ré ao estabelecimento prisional em que se encontra recolhida, com lançamento de seu nome no rol de culpados(as), e liquidação da pena pecuniária imposta.

d) determinada a averbação na guia de recolhimento provisória para cômputo, em caso de nova prisão cautelar, do período cumprido nesse processo, que não influencia no quantum de pena imposta na condenação.

e) mantido o regime inicial semiaberto e, a pedido do Defensor, reconhecido o erro material e retificado o cálculo, com abatimento de 1/6 da pena imposta, por força do disposto no artigo 387, parágrafo 2o, do Código de Processo Penal, com recomendação da ré ao estabelecimento prisional em que se encontra recolhida, sem pronunciamento do direito ao recurso em liberdade.

Questão 70: VUNESP - Proc Jur (Suzano)/Pref Suzano/2015

De acordo com o princípio da correlação entre a imputação e a sentença, a decisão do magistrado deve se amoldar aos fatos descritos na inicial acusatória. Dessa forma, ao proferir a sentença, o juiz pode alterar a definição jurídica do fato utilizando-se de dois institutos previstos

no Código de Processo Penal: a *mutatio libelli* e a *emendatio libelli*. Acerca desta última, assinale a alternativa correta.

a) É hipótese na qual o magistrado, ao pronunciar ou condenar o acusado, pode atribuir nova definição jurídica ao fato, acrescentando, inclusive, circunstância ou elemento não contido na inicial.

b) A nova definição jurídica dada pelo juiz nesse caso não pode importar em pena mais grave.

c) Apesar de poder alterar a definição do crime, o juiz não pode fazê-lo em decorrência de interpretação diversa do Ministério Público, autor da inicial acusatória.

d) Ao atribuir a nova capitulação ao fato descrito na inicial, o magistrado pode inclusive suprimir circunstâncias contidas na descrição do fato.

e) A desclassificação operada pela *emendatio libelli* não pode modificar a competência do juízo.

Questão 71: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2015

Um réu foi condenado à pena de dois anos e quatro meses de reclusão pelo crime de furto mediante fraude, embora ainda no curso da instrução já existissem elementos indicativos de que outra seria a conduta e a definição jurídica do fato delituoso. Em sede de apelação, o Tribunal de Justiça deverá

- a) atribuir definição jurídica diversa daquela realizada anteriormente.
- b) determinar vista para que o Ministério Público adite a denúncia, no prazo de 05 dias.
- c) absolver o acusado em face do descompasso entre a imputação e a condenação.
- d) anular o processo para que haja a modificação da descrição do fato em primeira instância.

Questão 72: VUNESP - JE TJRJ/TJ RJ/2014

Em processo que tramita pelo rito comum ordinário, que conta com 3 (três) acusados e um assistente do Ministério Público que faz uso da palavra, o tempo reservado ao defensor de cada acusado nos debates orais, como regra, em minutos, é de

- a) 30 (trinta).
- b) 10 (dez).
- c) 15 (quinze).
- d) 20 (vinte).

Questão 73: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/2017

De acordo com o texto expresso do art. 397 do CPP, o juiz deverá absolver sumariamente o acusado no processo penal quando verificar

- a) que a denúncia é manifestamente inepta.
- b) extinta a punibilidade do agente.
- c) falta de condição para o exercício da ação penal.
- d) falta de pressuposto processual.
- e) falta de justa causa para o exercício da ação penal.

Questão 74: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2017

No procedimento comum, após o oferecimento da resposta pelo acusado, o juiz deverá absolvê-lo sumariamente quando

- a) faltar justa causa para o exercício da ação penal ou verificar a existência manifesta de qualquer causa excludente da culpabilidade.
- b) verificar a existência manifesta de qualquer causa excludente da ilicitude do fato ou que o fato narrado evidentemente não constitui crime.
- c) a denúncia ou a queixa for manifestamente inepta ou não se convencer da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação.
- d) faltar pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal ou verificar que extinta a punibilidade do agente.

Questão 75: VUNESP - Proc Leg (CM Cotia)/CM Cotia/2017

Segundo o Código de Processo Penal, a respeito dos procedimentos, comum e especial, e instrução criminal, assinale a alternativa correta.

- a) As infrações de menor potencial ofensivo são processáveis pelo procedimento especial.
- b) A inimputabilidade do acusado é causa de rejeição da denúncia.
- c) No procedimento comum ordinário, recebida a denúncia, o Juiz ordenará a citação do acusado para apresentar resposta à acusação. No procedimento comum sumário, contudo, não há previsão de resposta à acusação, após a citação.
- d) O Juiz que presidiu a instrução proferirá a sentença.
- e) Os processos que apuram crimes hediondos terão prioridade de tramitação na primeira e segunda instância, não se aplicando a tramitação prioritária nos Tribunais Superiores.

Questão 76: VUNESP - Proc Leg (CM Cotia)/CM Cotia/2017

A respeito da absolvição sumária do acusado, é correto afirmar que

- a) é cabível logo após a resposta à acusação, se o Juiz verificar estar extinta a punibilidade do agente.
- b) tem cabimento em qualquer momento do processo, sempre que o Juiz verificar a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente.
- c) é cabível logo após a resposta à acusação, se o Juiz verificar a inépcia da denúncia.
- d) tem cabimento em qualquer momento do processo, sempre que o Juiz verificar faltar justa causa para a ação penal.
- e) tem cabimento em qualquer momento do processo, sempre que o Juiz verificar faltar pressuposto para o exercício da ação penal.

Questão 77: VUNESP - AnaP MPE SP/MPE SP/Assistente Jurídico/2010

Conforme preceitua o art. 396 do CPP, no procedimento comum sumário, o juiz, ao receber a denúncia ou queixa,

- a) notificará o acusado e designará data para seu interrogatório.
- b) nomeará defensor para articular resposta escrita em favor do acusado.
- c) determinará a intimação do acusado e seu defensor para apresentação de defesa prévia.
- d) ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias.
- e) designará audiência de instrução, debates e julgamento, oportunidade em que o acusado deverá, por seu defensor, apresentar defesa escrita.

Questão 78: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2008

Se a infração, embora de menor potencial ofensivo, deva processar-se perante o juízo comum, em virtude da impossibilidade de citação pessoal do acusado (art. 66, parágrafo único, da Lei n.º 9.099/95), o rito procedimental será o

- a) ordinário.
- b) sumário.
- c) sumaríssimo.
- d) especial.

Questão 79: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2015

Nas infrações penais de menor potencial ofensivo, quando o juizado especial criminal encaminhar ao juízo comum as peças existentes para a adoção de outro procedimento, de acordo com o art. 538 do CPP, o rito adotado será

- a) o ordinário.
- b) o sumário.
- c) livremente estabelecido pelo juiz.
- d) o sumaríssimo.
- e) o especial.

Questão 80: VUNESP - ETJ (TJM SP)/TJM SP/2017

Assinale a alternativa correta no que diz respeito ao procedimento comum dos processos em espécie, consoante disposições do Código de Processo Penal.

- a) Ordinário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 2 (dois) anos de pena privativa de liberdade.
- b) Sumário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
- c) Sumário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 5 (cinco) anos de pena privativa de liberdade.
- d) Sumaríssimo, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 3 (três) anos de pena privativa de liberdade.
- e) Ordinário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 3 (três) anos de pena privativa de liberdade.

Questão 81: VUNESP - OJ (TJ SP)/TJ SP/2009

Os jurados sorteados, preferencialmente, serão convocados para comparecerem ao Tribunal do Júri

- a) pessoalmente.
- b) por meio do oficial de justiça.
- c) pelo correio ou qualquer outro meio hábil.
- d) por telefone.
- e) por e-mail.

Questão 82: VUNESP - OJ (TJ SP)/TJ SP/2009

Quanto à intimação da decisão de pronúncia, pode-se afirmar que

- I. o acusado solto que não for encontrado será intimado por edital;
- II. o acusado preso será intimado por via postal;
- III. o acusado solto será intimado pessoalmente, desde que seu advogado ainda não tenha sido intimado pelo diário oficial.

Está correto apenas o contido em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I.
- e) III.

Questão 83: VUNESP - AnaP MPE SP/MPE SP/Assistente Jurídico/2010

No que diz respeito ao procedimento dos processos de competência do Tribunal do Júri, assinale a alternativa que traz, respectivamente, os recursos cabíveis contra as decisões de rejeição da denúncia, de impronúncia, de pronúncia e de absolvição sumária.

- a) Recurso em sentido estrito; apelação; apelação; apelação.
- b) Apelação; apelação; apelação; recurso em sentido estrito.
- c) Recurso em sentido estrito; apelação; recurso em sentido estrito; apelação.
- d) Apelação; recurso em sentido estrito; apelação; recurso em sentido estrito.
- e) Recurso em sentido estrito; recurso em sentido estrito; recurso em sentido estrito; apelação.

Questão 84: VUNESP - DP MS/DPE MS/2012

Com relação ao procedimento relativo aos crimes de competência do Tribunal do Júri, de acordo com o Código de Processo Penal, é correto afirmar que

- a) o juiz, ao receber a denúncia ou a queixa, ordenará a citação do acusado para responder a acusação, por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias.
- b) na fase plenária, o tempo destinado à acusação e à defesa, durante os debates a serem realizados após o encerramento da instrução, será de uma hora e meia para cada, e de uma hora para a réplica e outro tanto para a tréplica. Havendo mais de 1 (um) acusado, o tempo para a acusação e a defesa será acrescido de 1 (uma) hora e elevado ao dobro o da réplica e da tréplica.
- c) a falta, sem escusa legítima, para a sessão de julgamento do Tribunal do Júri, do advogado do acusado sem constituição de outro defensor, não adiará o ato mas obrigará a nomeação de defensor público para a defesa do acusado.

d) quando da Preparação do Processo para Julgamento em Plenário, ao receber os autos, o presidente do Tribunal do Júri determinará a intimação do órgão do Ministério Público ou do querelante, no caso de queixa, e do defensor, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem rol de testemunhas que irão depor em plenário, até o máximo de 8 (oito), oportunidade em que poderão juntar documentos e requerer diligência.

Questão 85: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2008

A competência da instituição do júri para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida (CF, art. 5.º, XXXVIII) é usurpada se ocorre

- a) a agravação da pena aplicada ao acusado na sentença condenatória em decorrência de maus antecedentes não reconhecidos pelos jurados.
- b) a absolvição sumária do acusado (CPP, art. 415 e incisos) em razão de sua semi-imputabilidade comprovada pelo laudo de exame psiquiátrico.
- c) a não-inclusão na sentença de pronúncia de tese relativa ao homicídio privilegiado, alegada na fase de instrução preliminar.
- d) a não-submissão aos jurados de quesitos referentes à discriminante da legítima defesa, sustentada em plenário.

Questão 86: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2011

Antônio desferiu disparos de arma de fogo contra Pedro, causando-lhe lesões corporais, sem, contudo, matá-lo, e foi pronunciado e levado a julgamento perante o Tribunal do Júri, pelo crime de homicídio qualificado tentado. Na votação do questionário, o Conselho de Sentença responde afirmativamente os quesitos relativos à materialidade e à autoria. Indagado a respeito da tentativa, em quesito específico, o Conselho de Sentença responde negativamente, entendendo que Antônio não teve intenção de matar Pedro. Nesta hipótese, dentre as alternativas seguintes, assinale qual o procedimento que deverá ser adotado pelo Juiz Presidente do Tribunal do Júri.

- a) Encerrar a votação e proferir sentença, absolvendo o acusado.
- b) Prosseguir na votação e submeter ao Conselho de Sentença o seguinte quesito: “O Jurado absolve o acusado?”
- c) Encerrar a votação e determinar a abertura de vista dos autos ao Ministério Público para aditamento da denúncia.
- d) Encerrar a votação e proferir sentença, absolvendo ou condenando o acusado, mesmo que eventual infração resultante da nova tipificação for considerada pela lei como de menor potencial ofensivo.
- e) Encerrar a votação e proferir sentença, absolvendo ou condenando o acusado, ou aplicar o disposto nos arts. 69 e seguintes, da Lei n.º 9.099/95, quando a eventual infração resultante da nova tipificação for considerada pela lei como de menor potencial ofensivo.

Questão 87: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2006

SÉRGIO foi condenado por homicídio duplamente qualificado (incisos I e IV) pelo Tribunal do Júri. Inconformado, apelou, fundado na contrariedade do julgado à prova dos autos, quanto à qualificadora do motivo torpe (inciso I). O recurso foi provido, determinada sua submissão a novo julgamento. Os Jurados, no segundo julgamento, reafirmaram, à unanimidade, a incidência daquela qualificadora discutida. Ele, então, uma vez mais inconformado, interpôs nova apelação, debatendo a mesma questão da qualificadora. É correto afirmar que

- a) o caso é de não conhecimento da segunda apelação, por versar exclusivamente sobre a mesma matéria articulada na primeira.
- b) o caso é de conhecimento da segunda apelação, porque, com a anulação do primeiro julgamento, fica aberta novamente a via recursal ordinária para o reexame do mesmo tema.
- c) o caso é de conhecimento da segunda apelação e seu provimento, porque a decisão dos Jurados, insistindo no reconhecimento da qualificadora, acaba por afrontar acórdão do Tribunal, que já pronunciou entendimento de que a decisão contrariava a prova dos autos.
- d) o réu, nos processos afetos ao Tribunal do Júri, independentemente da reiteração e renovação da fundamentação fático-jurídica, sempre pode recorrer ao Tribunal, com fundamento no princípio segundo o qual não se pode excluir da apreciação do Poder Judiciário violação a direito.

Questão 88: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2006

No julgamento a que RODRIGO foi submetido perante o Tribunal do Júri, os Jurados, ao proferirem seu veredicto, reconheceram a autoria do homicídio, sua materialidade e duas circunstâncias qualificadoras. O Juiz Presidente, ao proferir a sentença, a pretexto de corrigir injustiça na aplicação da pena, desprezou as qualificadoras e decretou a condenação de RODRIGO por homicídio simples. Houve recurso da acusação. Assinale a alternativa correta.

- a) O julgamento deve ser anulado, por ofensa manifesta à soberania dos Jurados, provido o recurso para esse fim, vedado o exame direto da matéria pelo Tribunal, pena de violação ao princípio do duplo grau de jurisdição.
- b) O Tribunal de Justiça, ao examinar o recurso, poderá ajustar a decisão ao veredicto dos Jurados.
- c) O Juiz Presidente do Tribunal do Júri, Magistrado togado, constatando clara injustiça na aplicação da lei penal pelos Jurados, frente aos fatos submetidos a julgamento, pode corrigi-la, excepcionalmente, quanto às circunstâncias de majoração da pena e imposição de medida de segurança, de sorte que o recurso será improvido.
- d) Havendo divergência entre o posicionamento dos Jurados e do Juiz Presidente do Tribunal do Júri, em matéria relevante, deve ser dissolvido o Conselho de Sentença, com a designação de nova data para o julgamento, prejudicado o exame do apelo quanto ao tema de mérito.

Questão 89: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2009

Durante os debates, em plenário do Júri, é correto afirmar que

- a) as partes sempre poderão fazer referência a qualquer notícia divulgada por órgão de imprensa, independentemente de prévia formalidade.

- b) as partes poderão fazer referência à decisão de pronúncia, desde que moderadamente.
- c) as partes não poderão fazer referência à decisão de pronúncia.
- d) o titular da acusação poderá exhibir quaisquer documentos aos jurados, independentemente de prévia formalidade.

Questão 90: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2009

No procedimento relativo aos processos da competência do Tribunal do Júri, a decisão que impronuncia o acusado pode ser impugnada, na esfera recursal, por meio de

- a) habeas corpus.
- b) recurso em sentido estrito.
- c) agravo.
- d) apelação.

Questão 91: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2009

Durante os debates em plenário do júri, após a fala da defesa, ao ser consultado pelo juiz presidente sobre seu interesse em usar o tempo para a réplica, o promotor de justiça, usando da palavra por breves minutos para justificar-se, diz que se acha satisfeito com a prova produzida e por isso não pretende valer-se do tempo destinado à réplica. Nessa hipótese, tendo o defensor reivindicado seu direito à tréplica, o juiz presidente

- a) deve deferir esse pedido da defesa porque, de qualquer forma, houve manifestação oral do titular da acusação naquela fase.
- b) não deve deferir esse pedido porque a manifestação da parte contrária não avançou pelo mérito da ação penal.
- c) só pode deferir esse pleito da defesa se houver concordância expressa do promotor de justiça.
- d) deve deferir esse pedido da defesa, mas com redução do tempo respectivo.

Questão 92: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2009

Assinale a alternativa incorreta, considerando os feitos sujeitos à competência do Tribunal do Júri.

- a) O julgamento pelo Tribunal do Júri não será adiado pelo não comparecimento do acusado solto que tiver sido regularmente intimado.
- b) Da decisão de pronúncia, será intimado por edital o acusado solto que não for encontrado.
- c) O processo não prosseguirá até que o réu solto seja intimado pessoalmente da decisão de pronúncia.
- d) De cada sessão de julgamento, o escrivão lavrará ata que será assinada pelo juiz presidente e pelas partes.

Questão 93: VUNESP - DP MS/DPE MS/2014

No rito especial do Tribunal do Júri, contra a sentença de absolvição sumária e a de impronúncia caberá

- a) apelação, em ambos os casos.
- b) recurso em sentido estrito, em ambos os casos.
- c) apelação e recurso em sentido estrito, respectivamente.
- d) recurso em sentido estrito e apelação, respectivamente.

Questão 94: VUNESP - Proc Jur (Suzano)/Pref Suzano/2015

Sobre o procedimento do júri, assinale a alternativa correta.

- a) O jurado que tiver integrado o Conselho de Sentença nos 12 meses que antecederem à publicação da lista geral de jurados, desta ficará excluído, bem como nos próximos 3 anos.
- b) Se o interesse da ordem pública reclamar ou houver dúvida sobre a imparcialidade do júri, poderá ocorrer o desaforamento, que será requerido pelo Ministério Público, assistente de acusação, querelante ou acusado e deferido ou não pelo Juiz Presidente do Tribunal do Júri.
- c) O serviço do júri é obrigatório e o alistamento abrange os cidadãos maiores de 18 anos, de notória idoneidade. A recusa injustificada ao serviço do júri acarretará multa no valor de 5 a 15 salários-mínimos e a imposição de prestação de serviços à comunidade.
- d) O exercício efetivo na função de jurado e durante o julgamento transforma o jurado em funcionário público, podendo este responder por crime funcional.
- e) A testemunha que, sem justa causa, deixar de comparecer ao julgamento, responderá imediatamente por desobediência e deverá prestar serviços à comunidade.

Questão 95: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2015

O princípio do in dubio pro sociedade não altera a presunção de inocência, mas permite que a pronúncia seja decretada

- a) porque o juízo de certeza é do presidente do tribunal do júri.
- b) pelo conselho de sentença, que irá analisar o juízo de admissibilidade da acusação.
- c) por mero juízo de admissibilidade, não sendo necessária prova incontroversa do crime.
- d) por ocasião da fase da pronúncia, quando vigora o princípio do in dubio pro reo.

Questão 96: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2015

No julgamento pelo Tribunal do Júri, havendo condenação pelo crime de homicídio doloso por motivo fútil, a defesa recorre e requer a absolvição alegando a ocorrência de decisão contrária à prova dos autos. A apelação será desprovida com base no seguinte:

- a) os jurados adotaram uma das vertentes possíveis e optaram por uma das versões apresentadas.
- b) o veredicto será alterado apenas quando a decisão for tomada por maioria e não por unanimidade.
- c) as decisões do Tribunal do Júri são soberanas e somente em casos de nulidade podem ser revistas.
- d) o Conselho de Sentença decidiu de forma unânime e não cabe alteração.

Questão 97: VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Remoção/2016

Assinale a alternativa correta.

- a) Se na fase da pronúncia o Juiz desclassificar o crime doloso contra a vida, encaminhará o processo ao Juiz singular e, se este discordar da desclassificação, deverá suscitar conflito de competência.
- b) Se o Tribunal do Júri absolver o réu pela prática do crime doloso contra a vida, a competência para julgar o crime conexo será do Juiz Presidente.
- c) Se na fase da pronúncia o Juiz desclassificar o crime doloso contra a vida, remeterá o processo ao Ministério Público para aditamento da denúncia.
- d) Se o Tribunal do Júri desclassificar o crime doloso contra a vida, o Juiz Presidente será competente para julgar o processo e proferir a sentença.

Questão 98: VUNESP - JDM (TJM SP)/TJM SP/2016

Acompanhe o caso fictício. Tício, prefeito de uma cidade do interior de São Paulo/SP, mantém um relacionamento extraconjugal com Mévia, policial militar. Por ciúmes, Mévia decide matar a mulher de Tício, Semprônia. Para tanto, ingressou na casa de Tício e, com uma faca, acerta a vítima no peito. Em defesa de sua mulher, Tício, mediante disparo de arma de fogo, acerta Mévia, de raspão. Tício é processado perante o Tribunal do Júri por homicídio tentado simples, além de posse irregular de arma de fogo, na Justiça Comum, sendo, ao final, absolvido de ambas as imputações, em decisão transitada em julgado; Mévia, por seu turno, foi processada na Justiça Militar, e condenada em decisão que se tornou definitiva.

A respeito do caso, assinale a alternativa correta.

- a) Tício, por ser Prefeito, haveria de ter sido julgado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Todavia, uma vez que a absolvição pelo Tribunal do Júri transitou em julgado, mesmo sendo caso de incompetência absoluta, a decisão não poderá mais ser revista, sob pena de violação ao princípio da *reformatio in pejus*.

- b) Mévia e Tício haveriam de ser julgados pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, haja vista que os fatos se deram em um mesmo contexto.
- c) Tratando-se de crime doloso contra a vida praticado por militar, correto o julgamento pela Justiça Militar.
- d) Tratando-se de crime comum, correto o julgamento de Tício pelo Tribunal do Júri, visto que a competência do Tribunal de Justiça para processar e julgar Prefeitos dá-se apenas em crimes de responsabilidade.
- e) O Tribunal do Júri não poderia ter julgado Tício pelo crime de posse irregular de arma de fogo, pois não se trata de crime doloso praticado contra a vida.

Questão 99: VUNESP - JE TJRJ/TJ RJ/2014

Após respectivo trânsito em julgado, a impronúncia do acusado, no rito do Tribunal do Júri, acarreta, diretamente, a

- a) absolvição.
- b) exclusão da ilicitude.
- c) extinção da punibilidade.
- d) impossibilidade de o réu ser novamente processado pelo mesmo fato, a menos que surja prova nova.

Questão 100: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2017

A decisão de pronúncia

- a) deve apenas indicar a materialidade do fato e a existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, cabendo ao juiz declarar o dispositivo legal em que julgar incurso o acusado, sem especificação ou manifestação sobre as qualificadoras e as causas de aumento de pena, matérias de exclusiva apreciação dos jurados.
- b) deve motivar a necessidade da decretação da prisão, tratando-se de acusado solto, mas não precisa fazê-lo no caso de manutenção daquela anteriormente decretada.
- c) exige intimação pessoal do defensor nomeado, do Ministério Público e do acusado, não se admitindo quanto a este último, se solto, a intimação por edital, ainda que não encontrado.
- d) não pode reconhecer a causa especial de diminuição da pena relativa ao chamado homicídio privilegiado.

Questão 101: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2011

Considere as seguintes assertivas:

- I. o Ministério Público poderá desistir de recurso que haja interposto;

II. não se admitirá recurso da parte que não tiver interesse na reforma ou modificação da decisão;

III. salvo a hipótese de má-fé, a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro.

De acordo com o CPP em suas disposições gerais sobre os recursos (arts. 574 a 580), é correto apenas o que se afirma em

- a) II.
- b) III.
- c) I e II.
- d) I e III.
- e) II e III.

Questão 102: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2007

Assinale a alternativa que apresenta hipótese de recurso de ofício.

- a) Sentença definitiva de absolvição, motivada na inexistência de provas para a condenação.
- b) Decisão absolutória do tribunal do júri.
- c) Sentença que conceder habeas corpus.
- d) Sentença que não receber a denúncia ou queixa.
- e) Decisão que julgar procedente qualquer das exceções, salvo a de suspeição.

Questão 103: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2007

"X" foi denunciado pelos crimes de lesão corporal e furto. Todavia, há cinco dias atrás foi condenado tão somente pelo delito de lesão corporal, tendo sido absolvido pelo crime de furto, uma vez que foi reconhecida na sentença a inexistência do fato. Assim sendo, é correto afirmar que

- a) "X" não poderá apelar da sentença, visto que foi absolvido.
- b) "X" não poderá recorrer da sentença, uma vez que não interpôs o termo de apelação no prazo de 3 dias conforme previsto em lei.
- c) "X" não poderá intentar o recurso cabível por falta de interesse e legitimidade processual.

d) considerando que as apelações poderão ser interpostas, quer em relação a todo o julgado, quer em relação a parte dele, "X" poderá recorrer com relação à condenação pelo crime de lesão corporal.

e) por se tratar de uma das hipóteses de recurso em sentido estrito, "X" deverá interpor, por meio de seu advogado, recurso no prazo legal de 10 dias, contados da data de sua intimação pessoal da condenação pelo crime de lesão corporal.

Questão 104: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2007

Os recursos nos casos das decisões proferidas pelo Tribunal do Júri

- a) serão em sentido estrito, não sendo cabível nenhuma outra espécie recursal.
- b) poderão ser de apelação se houver erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena.
- c) não serão admitidos em face da soberania absoluta do Tribunal Popular.
- d) serão interpostos em até 10 dias após proferida a decisão do plenário do júri.
- e) somente serão interpostos no plenário do júri imediatamente após o juiz tomar ciência da votação dos jurados e proferir a sentença.

Questão 105: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Litoral"/2006

O recurso de ofício ocorre

- a) sempre que o Ministério Público se sentir inconformado com a decisão judicial.
- b) da sentença que condenar, desde logo, o réu com fundamento na existência de circunstância que exclua o crime ou isente o réu de pena, nos termos do art. 411 do Código de Processo Penal.
- c) se houver desistência do recurso interposto pelo Ministério Público.
- d) sempre que a parte demonstrar interesse na reforma ou modificação da decisão judicial.
- e) da sentença que conceder habeas corpus.

Questão 106: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2006

Salvo a hipótese de má-fé, a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro. Se o juiz, desde logo, reconhecer a impropriedade do recurso interposto pela parte, mandará processá-lo de acordo com o rito do recurso cabível. As duas afirmações que se fizeram são regras oriundas do princípio processual

- a) da fungibilidade.
- b) do contraditório.

- c) do estado de inocência.
- d) da publicidade.
- e) da indisponibilidade.

Questão 107: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2006

O Código de Processo Penal admite, expressamente, o recurso em sentido estrito da decisão, despacho ou sentença que

- a) decretar a revelia do acusado.
- b) receber a denúncia ou a queixa.
- c) não receber a denúncia ou a queixa.
- d) julgar procedente a exceção de suspeição.
- e) converter a pena de detenção em multa.

Questão 108: VUNESP - OJ (TJM SP)/TJM SP/2011

Dar-se-á habeas corpus sempre que

- a) alguém sofrer violência em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- b) alguém achar-se ameaçado de sofrer coação em sua liberdade de consciência, por ilegalidade ou por imposição de sanção disciplinar.
- c) alguém sofrer violência em sua liberdade de consciência, por ilegalidade ou abuso de poder.
- d) alguém achar-se ameaçado de sofrer coação em sua liberdade de consciência, por ilegalidade ou abuso de poder.
- e) alguém sofrer restrição manifestamente legal em sua liberdade de locomoção, por autoridade competente.

Questão 109: VUNESP - OJ (TJM SP)/TJM SP/2011

A ilegalidade ou abuso de poder é presente quando

- a) o cerceamento da liberdade for ordenado por autoridade competente para tal.
- b) houver justa causa para a coação ou constrangimento.
- c) alguém estiver processado por fato que não constitua crime, ao menos em tese.
- d) existente o motivo que autoriza o cerceamento.
- e) persiste a punibilidade do agente.

Questão 110: VUNESP - OJ (TJM SP)/TJM SP/2011

Caberá apelação em caso de

- a) decisão de não recebimento da denúncia no todo ou em parte, ou de seu aditamento.
- b) decisão de decretação da prisão preventiva.
- c) decisão de decretação da medida de segurança.
- d) decisão definitiva de absolvição.
- e) decisão de indeferimento do pedido de arquivamento do inquérito.

Questão 111: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Interior"/2012

São requisitos necessários para que se articulem os embargos infringentes e de nulidade do parágrafo único do art. 609 do CPP:

- I. decisão de segunda instância;
- II. decisão desfavorável ao réu;
- III. decisão unânime.

É correto o que se afirma em

- a) I e II, apenas.
- b) I, II e III.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, apenas.

Questão 112: VUNESP - PB (BNDES)/BNDES/Direito - Advogado de Contencioso/2001

De acordo com o princípio da fungibilidade dos recursos,

- a) os efeitos do recurso interposto por um dos co-réus aproveitam os demais co-réus.
- b) tanto o réu, quanto o seu advogado, se constituído, podem desistir do recurso interposto.
- c) a parte não poderá ser prejudicada pela interposição de um recurso por outro, salvo no caso de ter agido com má-fé.
- d) o promotor de justiça pode, em determinadas circunstâncias, interpor recurso em favor do réu.
- e) admitem-se, em favor do réu, os julgamentos ultra e extra petita.

Questão 113: VUNESP - JE TJRJ/TJ RJ/2011

Assinale a alternativa correta.

- a) Dar-se-á carta testemunhável da decisão que denegar o recurso.
- b) O Ministério Público pode desistir de recurso que haja interposto desde que se trate de crime de menor potencial ofensivo.
- c) Réu que teve declarada extinta a punibilidade por prescrição pode recorrer pedindo decisão de mérito da acusação.
- d) A apelação da sentença absolutória impede que o réu seja posto imediatamente em liberdade.

Questão 114: VUNESP - JE TJRJ/TJ RJ/2011

O habeas corpus é

- a) ação de natureza constitucional destinada a coibir qualquer ilegalidade ou abuso de poder contra a liberdade de locomoção.
- b) recurso previsto na Constituição Federal para evitar atentado na liberdade de ir e vir ou no direito líquido e certo.
- c) remédio constitucional, de caráter liberatório, destinado a coibir qualquer coação ilegal na sua liberdade de ir e vir ou evitar a consumação de uma ilegalidade, por ato de autoridade ou de particular.
- d) medida de caráter liberatório que tem por finalidade obter reforma de decisão judicial, com apreciação de novas provas.

Questão 115: VUNESP - JE TJRJ/TJ RJ/2012

Assinale a assertiva que contempla entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal acerca dos recursos e ações autônomas de impugnação.

- a) Salvo quando nula a decisão de primeiro grau, o acórdão que provê o recurso contra a rejeição da denúncia vale, desde logo, pelo recebimento dela.

b) A renúncia do réu ao direito de apelação, ainda que manifestada sem a assistência do defensor, impede o conhecimento da apelação por este interposta.

c) Cabe habeas corpus contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.

d) No mandado de segurança impetrado pelo Ministério Público contra decisão proferida em processo penal, não é obrigatória a citação do réu como litisconsorte passivo.

Questão 116: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2013

No tocante aos recursos, assinale a alternativa correta.

a) O recurso será interposto por petição ou por termo nos autos, assinado pelo recorrente ou por seu representante.

b) Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão que receber a denúncia ou a queixa.

c) Caberá apelação no prazo de 20 (vinte) dias das sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular.

d) O Ministério Público somente poderá desistir do recurso que haja interposto.

e) Dentro de dez dias, contados da interposição do recurso, no sentido estrito, o recorrente oferecerá as razões e, em seguida, será aberta vista ao recorrido por igual prazo.

Questão 117: VUNESP - DP MS/DPE MS/2008

O recurso em sentido estrito

I. tem cabimento da decisão que não receber a denúncia;

II. na justiça estadual do Mato Grosso do Sul é julgado sempre pelo Tribunal de Justiça.

III. em algumas hipóteses, previstas em lei, terá também o efeito suspensivo.

É correto o contido em

a) I e II, apenas.

b) I e III, apenas.

- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III.

Questão 118: VUNESP - DP MS/DPE MS/2008

A doutrina, de forma pacífica, entende que a apresentação tardia das razões de apelação constitui

- a) mera irregularidade, não impedindo o conhecimento do apelo.
- b) nulidade do recurso.
- c) perempção do direito de defesa do acusado.
- d) intempestividade do recurso.

Questão 119: VUNESP - DP MS/DPE MS/2012

Assinale a alternativa que contém hipótese correta de cabimento do recurso indicado.

- a) Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença que decidir o incidente de falsidade.
- b) Dar-se-á carta testemunhável da decisão que admitir o recurso e não crie óbice à sua expedição e seguimento para o juízo ad quem.
- c) Aos acórdãos proferidos pelos Tribunais de Apelação, Câmaras ou Turmas, poderão ser opostos embargos de declaração, no prazo de três dias contados da sua publicação, quando não for unânime a decisão de segunda instância.
- d) Caberá apelação da decisão que não receber a denúncia ou a queixa no rito ordinário do procedimento comum previsto no Código de Processo Penal.

Questão 120: VUNESP - DP MS/DPE MS/2012

Nos termos do entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal, é cabível habeas corpus, se presentes os demais requisitos legais e constitucionais:

- a) independentemente de já ter ocorrido a extinção da pena privativa de liberdade.
- b) contra decisão de turma recursal de juizados especiais criminais.
- c) contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso independentemente de a infração penal apurada ter por cominação legal apenas a pena pecuniária.
- d) contra a imposição da pena de perda de função pública.

Questão 121: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2007

Maria, durante certo tempo, apropriou-se indevidamente de certas quantias de uma agência bancária, de que era funcionária. Correram três inquéritos e, por malícia do banco, um deles processado em Delegacia de Polícia distinta. Em razão do primeiro e segundo inquéritos, apensados, sobreveio sentença condenatória que reconheceu a continuidade delitiva. O terceiro também rendeu ensejo a outra ação criminal de que resultou nova condenação de Maria, ratificados ambos os decisórios em segundo grau. Em tais circunstâncias, qual medida poderá ser diligenciada em seu prol?

- a) Nenhuma, por ocorrer trânsito em julgado que confirmou a condenação.
- b) Requerimento ao Superior Tribunal de Justiça, por encontrar-se esgotada a jurisdição estadual.
- c) Revisão criminal perante o Tribunal de Justiça.
- d) Unificação de penas.

Questão 122: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2007

O réu deve ser interrogado em primeiro lugar, consoante o CPP, art. 385. Figure-se a hipótese em que, ausente, o réu venha a sofrer condenação penal. Recolhido ao cárcere, interpõe apelação. Em tal hipótese, pode o tribunal determinar o seu interrogatório?

- a) Sim, diretamente ou por delegação ao juízo de origem.
- b) Não, porque já preclusa a fase probatória do processo.
- c) Não, pois o interrogatório precede as provas acusatórias e da defesa.
- d) Sim, devendo, necessariamente, ser colhido perante o Juízo da Vara de origem.

Questão 123: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2007

No julgamento de uma revisão criminal, o Tribunal decide anular uma decisão do Júri. Tal pronunciamento encerra

- a) um juízo rescidente, mas não rescisório.
- b) juízo rescisório puro e simples.
- c) juízo rescisório meramente declaratório.
- d) um juízo rescidente cumulado com um rescisório.

Questão 124: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2008

Aponte a hipótese de admissibilidade dos “embargos de declaração” (CPP, art. 382).

- a) Suprir a omissão da sentença condenatória sobre a aplicação do regime disciplinar diferenciado (RDD) ao réu.

- b) Reduzir a pena em decorrência de atenuante genérica olvidada na sentença embargada.
- c) Corrigir eventual injustiça contida na decisão embargada.
- d) Fixar o regime inicial de cumprimento da pena detentiva imposta na sentença.

Questão 125: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2008

A decisão judicial que não conhece o habeas corpus quando o writ constitui mera reedição de pedido anterior, já julgado e denegado, tem fundamento

- a) na coisa julgada material.
- b) na impossibilidade jurídica do novo pedido.
- c) na falta de interesse de agir.
- d) na ausência de condição de procedibilidade.

Questão 126: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2011

Antônio respondeu ao processo em liberdade e o juiz decreta, fundamentadamente, a sua prisão na sentença condenatória. Expedido mandado de prisão, o oficial de justiça certifica que Antônio encontra-se em local incerto e não sabido. O defensor constituído, intimado da sentença, interpõe recurso de apelação. Assinale a alternativa correta a respeito da situação, inclusive, se o caso, consoante jurisprudência sumulada dos Tribunais Superiores (STJ e STF).

- a) A apelação não pode ser conhecida sem a intimação pessoal do acusado da sentença, ainda que ele se recolha à prisão.
- b) A apelação não pode ser conhecida sem o recolhimento do acusado à prisão, ainda que ele seja intimado pessoalmente da sentença.
- c) A apelação deve ser considerada deserta.
- d) A apelação pode ser conhecida independentemente da intimação pessoal do acusado e do seu recolhimento à prisão.
- e) A apelação pode ser conhecida se o defensor assumir o compromisso de apresentar o acusado, para o cumprimento da pena, caso seja confirmada a condenação.

Questão 127: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2011

Em qual das hipóteses mencionadas seria possível, em tese, a concessão de habeas corpus, inclusive, se o caso, consoante jurisprudência sumulada dos Tribunais Superiores (STJ e STF)?

- a) No caso de decisão condenatória a pena de multa.

- b) No caso de processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.
- c) Para alegar nulidade de processo no qual foi extinta a pena privativa de liberdade.
- d) Quando o réu não foi admitido a prestar fiança, nos casos em que a lei a autoriza.
- e) No caso de punição disciplinar.

Questão 128: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2011

A respeito dos recursos no processo penal, analise as proposições seguintes.

- I. Da decisão que recebe a denúncia ou a queixa cabe recurso em sentido estrito.
- II. Caso a parte interponha o recurso errado, por mero equívoco e de boa-fé, dentro do prazo para o recurso correto, o juiz o receberá e mandará processá-lo pelo rito do recurso cabível.
- III. Na hipótese de concurso de agentes, caso o Tribunal, no julgamento de apelação interposta apenas por um dos acusados, dê provimento ao recurso para absolvê-lo, reconhecendo a atipicidade da conduta, por ter ocorrido abolitio criminis, deverá estender o resultado ao corréu, ainda que a sentença tenha transitado em julgado com relação a este.
- IV. O recurso cabível da decisão de absolvição sumária no processo comum (art. 397, do Código de Processo Penal) é o de apelação.
- V. É admissível a reiteração de pedido revisional, ainda que não fundado em novas provas.

Está correto apenas o contido em

- a) I, III e IV.
- b) I, II e III.
- c) II, III e IV.
- d) II, III e V.
- e) I, II e V.

Questão 129: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2006

ARNALDO foi condenado por um roubo simples consumado à pena de 3 (três) anos de reclusão, abaixo, pois, do mínimo legal. O Ministério Público não opôs embargos de declaração e não apelou. O Tribunal, examinando recurso da defesa e constatando o erro, pode corrigir a pena?

- a) Não, porque a medida implicaria em “reformatio in pejus”.
- b) Sim, porque todo erro material constatado na sentença pode ser suprido a qualquer tempo, não caracterizando a correção “reformatio in pejus”.
- c) Sim, porque a sentença está em desacordo com a lei, razão suficiente para a alteração, considerando que o descumprimento desta não tem o condão de gerar direitos ou sacramentar vícios.
- d) Não, porque a hipótese não retrata erro, mas o exercício da livre e plena discricionariedade do Magistrado na aplicação da pena, segundo seu convencimento, independentemente da observância dos limites estampados no tipo.

Questão 130: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2009

Em tema de revisão criminal, é correto afirmar que

- a) se vier a ocorrer o falecimento da pessoa cuja condenação tiver de ser revista, deverá ser julgada extinta a punibilidade, com subsequente arquivamento dos autos.
- b) o pedido pode ser ajuizado pelo Ministério Público em favor do condenado.
- c) para requerer revisão criminal, o condenado é obrigado a recolher-se à prisão, caso ainda não tenha cumprido a pena.
- d) o pedido pode ser ajuizado pelo cônjuge supérstite no caso de falecimento do condenado.

Questão 131: VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Provimento/2009

A carta testemunhável é

- a) um recurso previsto no CPP.
- b) uma precatória para a inquirição de testemunhas.
- c) um procedimento judicial, solicitando a inquirição de testemunhas por via postal.
- d) um documento expedido por via postal, trazendo o relato de testemunhas.

Questão 132: VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Provimento/2012

Cabe recurso em sentido estrito da decisão, despacho ou sentença

- a) do Tribunal do Júri, quando houver erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou medida de segurança.
- b) que decretar a prescrição ou julgar, por outro modo, extinta a punibilidade.
- c) que absolver sumariamente o acusado.
- d) que pronunciar ou impronunciar o acusado.

Questão 133: VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Provimento/2011

Qual o recurso cabível da decisão, despacho ou sentença que concluir pela incompetência do juízo?

- a) Correição Parcial.
- b) Apelação.
- c) Agravo.
- d) Recurso em Sentido Estrito.

Questão 134: VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Remoção/2012

O recurso cabível contra a decisão ou sentença de homologação de laudo, no incidente de insanidade mental é o(a)

- a) agravo.
- b) recurso em sentido estrito.
- c) apelação.
- d) correição parcial.

Questão 135: VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Remoção/2011

Assinale a alternativa correta.

Qual o recurso cabível das decisões de absolvição sumária e impronúncia?

- a) Apelação.
- b) Recurso em sentido estrito.
- c) Agravo.
- d) Nenhuma das alternativas anteriores.

Questão 136: VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Provimento/2008

Ao receber mandado de segurança impetrado pelo Promotor de Justiça, perante o Tribunal de Justiça, contra decisão de Magistrado de primeiro grau proferida em processo criminal que apura crime de tráfico ilícito de entorpecentes em tese praticado por João, o relator deverá, dentre outras providências, determinar a citação

- a) da vítima para acompanhar o trâmite do mandamus.
- b) do assistente de acusação.
- c) de João como litisconsorte passivo.
- d) do Procurador de Justiça para ofertar parecer e ratificar, ou não, os termos da impetração, já que o feito tramita em segunda instância.

Questão 137: VUNESP - Proc Mun (SP)/Pref SP/2014

Leia a situação descrita a seguir para responder à questão.

Objetivando combater a ameaça de racionamento de água em virtude de condições climáticas adversas, que levaram os reservatórios potáveis a níveis preocupantes, Lei Federal estabelece, em caráter emergencial, que durante o período em que os reservatórios apresentarem nível inferior a 20% será considerada crime, punida com pena de detenção de 3 a 6 meses, ou multa, a conduta de “lavar calçada ou automóvel utilizando-se de excessiva quantidade de água, proveniente de mangueira ou esguicho”. João comete a conduta típica durante o período de exceção, vindo a ser processado e condenado exclusivamente à pena de multa. A decisão, diante da ausência de qualquer recurso, transitou em julgado. Antes do cumprimento da pena e em virtude do restabelecimento dos níveis de água dos reservatórios, que constantemente passaram a apresentar volume d’água superior a 20% – o que afastou qualquer risco de racionamento e tornou a conduta atípica –, o advogado de João requer a extinção de sua punibilidade ao Juízo da execução penal. Argumentou que a norma não mais vige e, assim, o fato deve ser alcançado pela abolitio criminis, em virtude da aplicação retroativa de norma penal mais benéfica.

Considerando que o pedido não seja acolhido, o caminho tecnicamente adequado para que se continue buscando a extinção da punibilidade é

- a) a apelação.
- b) o habeas corpus.
- c) o recurso de agravo.
- d) a carta testemunhável.
- e) o mandado de segurança.

Questão 138: VUNESP - Adv Leg (CMSC)/CM SC/2013

Em relação aos recursos previstos no Código de Processo Penal, é correto afirmar que

- a) caberá recurso, no sentido estrito, da decisão que revogar a prisão preventiva.
- b) caberá apelação no prazo de 10 (dez) dias das sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular.
- c) a revisão dos processos findos será admitida quando a sentença absolutória se fundar em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos.
- d) a carta testemunhável terá efeito suspensivo.
- e) quando cabível a apelação, só poderá ser usado o recurso em sentido estrito, quando se recorra somente de parte da decisão.

Questão 139: VUNESP - Del Pol (PC SP)/PC SP/2014

Cabe recurso de ofício da sentença

- a) que conceder habeas corpus.
- b) que absolver o réu por inexistência do crime.
- c) de pronúncia.
- d) de absolvição sumária.
- e) que denegar habeas corpus.

Questão 140: VUNESP - Del Pol (PC SP)/PC SP/2014

Dentre os recursos a seguir, aquele em que não é possível a desistência é:

- a) apelação.
- b) em qualquer recurso interposto pelo Defensor Público.
- c) protesto por novo júri.
- d) em qualquer recurso interposto pelo Ministério Público.
- e) recurso em sentido estrito.

Questão 141: VUNESP - JE TJPA/TJ PA/2014

Defensor de acusado em juízo criminal por bigamia, em sede de resposta escrita à acusação, faz prova de que corre no juízo cível, ainda em primeiro grau, ação anulatória do primeiro casamento. Pede a suspensão da ação penal. Em caso de deferimento do pedido de suspensão, _____; em caso de indeferimento, _____.

Assinale a alternativa que preenche as lacunas adequada e respectivamente.

- a) cabe recurso em sentido estrito ... não cabe qualquer recurso
- b) não cabe qualquer recurso ... também não cabe
- c) cabe recurso em sentido estrito ... também
- d) cabe apelação ... também
- e) cabe apelação ...cabe recurso em sentido estrito

Questão 142: VUNESP - JE TJPA/TJ PA/2014

Conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder. Caso o julgamento de uma impetração termine empatado, o CPP expressamente prevê que

- a) declarar-se-á o non liquet e se encaminhará a decisão para o órgão que consta como substituto legal.
- b) denegar-se-á a ordem, uma vez que cabe ao autor (impetrante) comprovar os fatos que alega e convencer a maioria da turma julgadora.
- c) proferirá voto decisivo o presidente, caso ainda não tenha participado da votação.
- d) declarar-se-á o non liquet e se encaminhará a decisão para o órgão imediatamente superior na hierarquia do Tribunal.
- e) conceder-se-á a ordem, sendo responsável pela lavratura de acórdão o último a votar favoravelmente.

Questão 143: VUNESP - DP MS/DPE MS/2014

A reclamação, que tem rito previsto na Lei n.º 8.038/90,

- a) não poderá ser formulada pelo Ministério Público.
- b) não admite expressamente que decisão liminar suspenda o processo ou o ato impugnado.
- c) admite que qualquer interessado impugne o pedido do reclamante.
- d) tem cabimento unicamente para garantir a autoridade das decisões do respectivo Tribunal.

Questão 144: VUNESP - Del Pol (PC CE)/PC CE/2015

Qual o recurso cabível e em qual prazo deve ser manejado contra decisão denegatória de habeas corpus proferida por uma vara criminal em primeiro grau de jurisdição?

- a) Recurso em sentido estrito; 10 dias.
- b) Apelação; 2 dias.
- c) Apelação; 5 dias.
- d) Recurso em sentido estrito; 5 dias.
- e) Recurso em sentido estrito; 2 dias.

Questão 145: VUNESP - OFA (TJ PA)/TJ PA/2014

Nos termos do artigo 581 do Código de Processo Penal, caberá recurso, no sentido estrito, da decisão

- a) definitiva de absolvição, proferida por juiz singular.
- b) que receber a denúncia.
- c) que revogar a medida de segurança.
- d) que pronunciar ou impronunciar o réu.
- e) definitiva de condenação, proferida por juiz singular.

Questão 146: VUNESP - AnaP MPE SP/MPE SP/Assistente Jurídico/2015

O prazo da Apelação, nas hipóteses previstas no artigo 593 do Código de Processo Penal, é de

- a) 5 (cinco) dias.
- b) 24 (vinte e quatro) horas.
- c) 10 (dez) dias.
- d) 2 (dois) dias.
- e) 15 (quinze) dias.

Questão 147: VUNESP - JE TJMS/TJ MS/2015

Com relação ao Habeas Corpus, é correto afirmar que

a) se vislumbra possibilidade jurídica no pedido de concessão de ordem em habeas corpus para atacar o mérito de prisões disciplinares militares, por força do artigo 142, parágrafo 2o, da Constituição Federal.

b) habeas corpus liberatório confere tutela cautelar, destinada a evitar lesão à liberdade de locomoção, o que o difere do habeas corpus preventivo, voltado a impedir a convalidação da ordem ilegal.

c) não se admite o habeas corpus, por ausência de ameaça à liberdade de locomoção, na hipótese em que somente imposta pena restritiva de direitos.

d) não se admite habeas corpus, por ausência de ameaça à liberdade de locomoção, na hipótese em que somente imposta pena de multa.

e) não se admite o habeas corpus para atacar ilegalidade decorrente da imposição de medidas cautelares alternativas à prisão preventiva.

Questão 148: VUNESP - JDM (TJM SP)/TJM SP/2016

Quanto ao cabimento do habeas corpus em nosso sistema jurídico, assinale a alternativa correta.

a) O recurso cabível contra a decisão denegatória do habeas corpus nos Tribunais inferiores é o Recurso Ordinário Constitucional.

b) A impetração do habeas corpus depende de procuração, a fim de comprovar a capacidade postulatória.

c) O habeas corpus é meio idôneo para discussão da pena de multa.

d) O habeas corpus, do ponto de vista do rigor técnico, é um autêntico recurso, ainda que não catalogado no próprio Código de Processo Penal como tal.

e) O habeas corpus, nos crimes ambientais, pode ser impetrado em favor de pessoa jurídica, pois há previsão de responsabilidade penal do ente coletivo.

Questão 149: VUNESP - JDM (TJM SP)/TJM SP/2016

Numa situação hipotética, magistrado da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, dos Juizados Especiais Criminais, visando conferir celeridade aos andamentos criminais, designa audiências preliminares coletivas, referentes a feitos distintos, sem a presença de defensor público, para os imputados que compareceram sem advogados. Apesar de diversas aceitações de transações penais, dois autores do fato, x e y, optaram por recusar o acordo. No caso de x, o Ministério Público solicitou o arquivamento, por falta de justa causa. Já y é denunciado pelo Parquet por ofensa ao artigo 233 do CP (ato obsceno); a acusação é rejeitada, sendo interposta Apelação, a qual é provida para que seja recebida a exordial. Uma vez regularmente processado, y é condenado a 1 (um) ano de prisão, convertida em multa. Há recurso da defesa, o qual é julgado pela Turma Recursal, sendo mantida a reprimenda. Apesar da interposição de um Recurso Especial, procede-se à imediata execução da pena de multa, sob o argumento de que inexistente efeito suspensivo.

A respeito da questão, assinale a alternativa correta.

- a) O recurso admissível contra decisão que rejeita acusação é o recurso em sentido estrito, por aplicação analógica do Código de Processo Penal em sede de Juizados Especiais.
- b) Em se tratando de decisão decorrente de Turma Recursal, não é cabível Recurso Especial para o Superior Tribunal de Justiça.
- c) Não há qualquer vedação na realização de audiências preliminares sem a presença da Defensoria Pública, uma vez que ainda não há processo penal instaurado.
- d) Não há abuso ou ilegalidade na realização de audiência preliminar, ainda que não haja justa causa para a ação.
- e) A apelação contra a sentença condenatória deveria ter sido endereçada ao Tribunal de Justiça; por seu turno, a execução da condenação não poderia ser executada na pendência de recurso.

Questão 150: VUNESP - JE TJRJ/TJ RJ/2016

X, de 70 anos, ao descobrir a traição do namorado Y, com outra mulher, decide matá-lo, consumando o intento, ao decepar um de seus membros. X é denunciada por homicídio qualificado (art. 121, § 2º, inciso I, CP) (motivo torpe) e por vilipêndio a cadáver (art. 212, CP). A acusação é recebida pelo MM. Juízo da Vara do Tribunal do Júri, iniciando-se a fase de instrução preliminar. Encerrada a instrução, o Juiz pronuncia X, pelo homicídio qualificado (art. 121, § 2º, inciso I, CP). Entretanto, relativamente ao crime de vilipêndio a cadáver, o Juiz declara extinta a punibilidade de X, com fulcro no art. 61 do CPP, ante a prescrição em abstrato do delito. Da decisão de extinção da punibilidade, X apela, alegando inexistir vilipêndio a cadáver, já que o membro do namorado foi decepado enquanto Y ainda estava vivo, tanto que morreu por hemorragia. O processo é suspenso e enviado ao Tribunal de Justiça, o qual dá provimento ao recurso, reformando a decisão para absolver X, com fulcro no artigo 386, I, do CPP (restar provada a inexistência do fato).

Acerca da questão descrita, pode-se elencar como correta a alternativa:

- a) O MM. Juízo da Vara do Tribunal do Júri não poderia conhecer da imputação do crime de vilipêndio a cadáver, pois não sendo crime doloso contra a vida, a competência seria da Justiça Comum.
- b) O MM. Juízo da Vara do Tribunal do Júri, ao pronunciar X pelo homicídio doloso qualificado, não poderia declarar extinta a punibilidade do crime de vilipêndio a cadáver, pois fixada a competência por conexão, o julgamento caberia ao Conselho de Sentença.
- c) Com fulcro na jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores, o Tribunal de Justiça não poderia conhecer e prover o recurso para absolver a acusada, por faltar interesse processual, já que a punibilidade de X encontrava-se extinta.
- d) Com fulcro na jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores, o Tribunal de Justiça não poderia conhecer do recurso interposto, já que a decisão extintiva da punibilidade é impugnável por Recurso em Sentido Estrito, cujo trâmite é diverso da Apelação.

e) O MM. Juízo da Vara do Tribunal do Júri acertou ao suspender o processo, vez que a impugnação de decisão extintiva de punibilidade tem efeito suspensivo.

Questão 151: VUNESP - JE TJRJ/TJ RJ/2013

Assinale a alternativa correta relativamente aos recursos no processo penal.

- a) Entende o Supremo Tribunal Federal que constitui nulidade a falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto da rejeição da denúncia, salvo se houver nomeação de defensor dativo.
- b) Quatro são os possíveis efeitos recursais: devolutivo, suspensivo, regressivo e extensivo.
- c) De acordo com o Código de Processo Penal, não poderá ser usado o recurso em sentido estrito quando cabível a apelação, salvo se somente de parte da decisão se recorra.
- d) As partes podem apresentar embargos infringentes, em dez dias, quando não for unânime a decisão de segundo grau.

Questão 152: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/2017

No julgamento dos recursos de apelação, expressamente de acordo com os artigos 616 e 617 do CPP, poderá o tribunal, câmara ou turma

- a) analisar a matéria em toda a sua extensão sem, contudo, produzir novas provas, exceto proceder a novo interrogatório do acusado.
- b) condenar o acusado absolvido em sentença de primeiro grau, mesmo que a parte acusatória não tenha apelado.
- c) proceder a novo interrogatório do acusado, reinquirir testemunhas ou determinar outras diligências.
- d) analisar a matéria em toda a sua extensão sem, contudo, produzir novas provas.
- e) agravar a pena, mesmo quando somente o réu houver apelado da sentença.

Questão 153: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/2017

Assinale a alternativa correta no que concerne à revisão criminal, tratada nos artigos 621 a 630 do CPP.

- a) É pedido que pode ser articulado a qualquer tempo, antes da extinção da pena ou após.
- b) É possível a revisão de decisões que ainda não transitaram em julgado, ou seja, ainda não findos.
- c) É vedado arbitrar indenização em favor do beneficiado por decisão que julgue procedente a revisão.
- d) Em seu julgamento, admite-se o agravamento da pena imposta na decisão revista.
- e) Quando, no curso da revisão, falecer a pessoa cuja condenação tiver de ser revista, o processo será extinto.

Questão 154: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2017

Quanto aos recursos em matéria criminal, é correto afirmar que

- a) o efeito devolutivo da apelação contra decisões do Júri não fica adstrito aos fundamentos da sua interposição.
- b) a renúncia do réu ao direito de apelação, manifestada com ou sem a assistência do defensor, obsta o conhecimento da apelação por este interposta.
- c) não constitui nulidade a falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto da rejeição da denúncia, se nomeado defensor dativo para tanto.
- d) o acórdão que provê o recurso contra a rejeição da denúncia vale, desde logo, pelo recebimento dela, a não ser que nula a decisão de primeiro grau.

Gabarito

1) B	31) E	61) B	91) A	121) D	151) B
2) E	32) A	62) D	92) C	122) A	152) C
3) B	33) C	63) D	93) A	123) A	153) A
4) E	34) B	64) D	94) D	124) D	154) D
5) C	35) A	65) D	95) C	125) C	
6) D	36) B	66) C	96) A	126) D	
7) C	37) A	67) E	97) D	127) D	
8) A	38) E	68) B	98) A	128) C	
9) B	39) D	69) A	99) D	129) A	
10) D	40) A	70) D	100) D	130) D	
11) D	41) C	71) C	101) E	131) A	
12) B	42) D	72) A	102) C	132) B	
13) B	43) B	73) B	103) D	133) D	
14) A	44) C	74) B	104) B	134) C	
15) D	45) C	75) D	105) E	135) A	
16) B	46) A	76) A	106) A	136) C	
17) A	47) E	77) D	107) C	137) C	
18) E	48) B	78) B	108) A	138) A	
19) A	49) D	79) B	109) C	139) A	
20) B	50) A	80) B	110) D	140) D	
21) D	51) C	81) C	111) A	141) A	
22) E	52) D	82) D	112) C	142) C	
23) B	53) D	83) C	113) A	143) C	
24) D	54) D	84) B	114) A	144) D	
25) D	55) A	85) B	115) A	145) C	
26) D	56) B	86) E	116) A	146) A	
27) D	57) D	87) A	117) B	147) D	
28) C	58) C	88) B	118) A	148) A	
29) E	59) C	89) C	119) A	149) B	
30) E	60) C	90) D	120) B	150) C	